

DA EMIGRAÇÃO AO REGRESSO O caso dos jovens adultos portugueses

Inês Vidigal

Observatório da Emigração, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte),
Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Resumo Este artigo tem como objetivo identificar que fatores explicam o regresso de tantos emigrantes portugueses da faixa etária dos 20 aos 34 anos, analisando as relações entre emigração e retorno, integração e retorno, e a efetivação do retorno, estudando para isso todo o percurso migratório. A análise empírica apresentada neste artigo é baseada em dados recolhidos através de um inquérito *online* a emigrantes portugueses na faixa etária em estudo. Como conclusões mais importantes, verificou-se que a emigração dos jovens adultos portugueses se explica por motivos laborais, enquanto o regresso é justificado por razões familiares.

Palavras-chave: emigração de regresso, emigração portuguesa, jovens adultos.

From emigration to return: the case of young Portuguese adults

Abstract The aim of this article is to identify what factors explain the return of so many Portuguese emigrants aged between 20 and 34, analysing the relationships between emigration and return, integration and return, and the effectiveness of the return, studying the entire migratory journey. The empirical analysis presented in this article is based on data collected through an online survey of Portuguese emigrants in the age group under study. The most important conclusions were that young Portuguese adults emigrate for work reasons, while they return for family reasons.

Keywords: return emigration, Portuguese emigration, young adults.

De l'émigration au retour: le cas des jeunes adultes portugais

Résumé L'objectif de cet article est d'identifier les facteurs qui expliquent le retour de tant d'émigrants portugais âgés de 20 à 34 ans, en analysant les relations entre émigration et retour, intégration et retour, et achèvement du retour, en étudiant l'ensemble du parcours migratoire. L'analyse empirique présentée dans cet article est basée sur des données collectées grâce à une enquête *online* auprès des émigrés portugais de la tranche d'âge étudiée. Comme conclusion plus importante, on a constaté que l'émigration des jeunes adultes portugais s'explique par des raisons professionnelles, tandis que le retour est justifié par des raisons familiales.

Mots-clés: émigration de retour, émigration portugaise, jeunes adultes.

De la emigración al retorno: el caso de los jóvenes adultos portugueses

Resumen El objetivo de este artículo es identificar qué factores explican el retorno de tantos emigrantes portugueses con edades comprendidas entre los 20 y los 34 años, analizando las relaciones entre emigración y retorno, integración y retorno, y eficacia del retorno, estudiando todo el trayecto migratorio. El análisis empírico presentado en este artículo se basa en datos recogidos a través de una encuesta en línea a emigrantes portugueses del grupo de edad estudiado. Las conclusiones más importantes fueron que los jóvenes adultos portugueses emigran por motivos laborales, mientras que regresan por motivos familiares.

Palabras-clave: emigración de retorno, emigración portuguesa, jóvenes adultos.

A emigração de regresso a Portugal no século XXI tem sido pouco estudada. A maioria da investigação realizada foca-se sobretudo no volume e causas de saída do país. Este artigo salienta a relevância do estudo do regresso dos jovens adultos, analisando todo o processo migratório, em vez de analisar apenas o fim do processo (o retorno). Começa-se por uma revisão da literatura dos estudos sobre o regresso e apresenta-se a abordagem metodológica utilizada num inquérito realizado pela autora e aplicado *online*. De seguida, são apresentados os principais dados empíricos que resultaram desse inquérito, centrado no tema da emigração e regresso na faixa etária em estudo, dos 20 aos 34 anos. Conclui-se com uma discussão dos resultados apresentados.

Estudos sobre o regresso

O estudo dos regressos internacionais ganhou importância após a crise económica de 1973, quando muitos governos europeus interromperam o recrutamento de imigrantes e passaram a incentivar o regresso destes aos países de origem (de Haas e Fokkema, 2011; Cassarino, 2016). Porém, como assinala Bovenkerk (1974), desde o texto fundador de Ravenstein (1855) que é reconhecida a existência de migrações de regresso. Numa definição simples, regresso significa migração de retorno ao país de origem. Constituindo o oposto da saída, não deixa de ser uma nova migração (Cassarino, 2004; de Haas, Fokkema e Fihri, 2015; Gmelch, 1980; King, 2000; King e Christou, 2011).

O reconhecimento da realidade *sui generis* do retorno não foi, porém, imediato. Na história dos estudos sobre migrações só agora se afirma a necessidade de teorização autónoma das migrações de regresso. Mais comum tem sido a aplicação de teorias e metodologias provenientes de disciplinas que estudam as migrações de saída, conceptualizando-se o retorno como uma fase desta.

Na aplicação da teoria económica neoclássica, regresso seria sinónimo de fracasso, considerando os objetivos iniciais e a integração no destino, concluindo-se que “os ‘vencedores’ fixam-se, os ‘vencidos’ regressam” (de Haas, Fokkema e Fihri, 2015; Massey *et al.*, 1998). Na nova economia da migração laboral, seria, pelo contrário, sinónimo de sucesso, pois os migrantes regressariam assim que conseguissem poupar e enviar remessas suficientes, adiando o regresso enquanto aquele objetivo não fosse cumprido (de Haas, Fokkema e Fihri, 2015; Stark e Bloom, 1985).

No estruturalismo, analisam-se não só a experiência do migrante, mas também os contextos sociais, institucionais e económicos do país de origem. Defende-se, neste quadro, que o regresso é uma questão de conjuntura, analisando-o em função da evolução da economia e da sociedade de origem na sua relação com as expectativas dos migrantes (Cerase, 1974; Cassarino, 2004; Gmelch, 1980).

No transnacionalismo, a unidade de análise é o indivíduo e as suas redes no contexto de comunidades e estruturas institucionais mais alargadas (Portes, Guarnizo e Landolt, 1999). As perspetivas transnacionais complexificam o conceito de regresso, afirmando-se que as comunidades transnacionais contribuiriam para diluir as fronteiras entre países de origem e de destino (King, 2000). O regresso seria,

neste quadro, uma das muitas possibilidades de desenvolvimento das relações transnacionais, eventualmente temporária e com componentes de circulação regular entre destino e origem.

Nas teorias das redes, os migrantes são vistos como atores sociais participantes em laços transnacionais em que circulam recursos tangíveis e intangíveis. Distinguem-se os migrantes que integram o fluxo, os que regressam e os que se fixam no país de imigração. Os regressados são tratados como atores sociais que mantêm fortes ligações com os locais de fixação anteriores (Faist, 2000).

Estudos empíricos sobre o retorno combinam algumas destas explicações teóricas, construindo modelos de análise mais delimitados. Por exemplo, Dustmann e Weiss (2007) dão uma explicação coerente sobre a influência que o capital humano poderá ter no regresso de migrantes, relacionando os rendimentos com as competências adquiridas e custos de vida em diferentes lugares. Para além destas variáveis socioeconómicas, o regresso seria também influenciado por questões de segurança, educação dos filhos, saúde, distanciamento cultural, inclusão social e saudades de casa (Cassarino 2004; Gmelch, 1980). Outros autores assinalam que o regresso poderá não ser o fim do ciclo migratório, mas antes um precursor da mi-gração circular, contínua e progressiva (Baláž, Williams e Kollár, 2004). Quando o foco é colocado no caso específico do regresso dos jovens adultos, neste estudo aqueles migrantes com idade entre 20 a 34 anos, é destacada a forte relação entre a emigração (e o regresso) com as transições na vida dos jovens. Como salientado por King, Lulle e Williams (2016), estas transições podem, por exemplo, ser a passagem de estudantes para o mercado de trabalho, de desemprego para emprego e mesmo da juventude à vida adulta.

Num plano mais específico, encontramos uma ampla literatura sobre os vários motivos para o regresso de migrantes, em geral, e de migrantes jovens adultos, em particular. Nos motivos gerais destacam-se a proximidade à família e aos amigos, o apego ao país de origem, fatores culturais e do meio natural, o decréscimo das diferenças salariais entre origem e destino e a melhoria das ofertas de emprego (Apsite-Berina, Manea e Berzins, 2019; Haartsen e Thissen, 2014; Marques e Góis, 2023; Rérat, 2014; Zaiceva e Zimmermann, 2012). É ainda importante salientar que estudos recentes têm demonstrado que a integração sociocultural está negativamente relacionada com intenções de retorno, enquanto laços transnacionais estão positivamente relacionados (de Haas, Fokkema e Fihri, 2015; Snel, Faber e Engbersen, 2015). Já o efeito da integração laboral ou económica é ambíguo (de Haas, Fokkema e Fihri, 2015).

No caso dos migrantes jovens adultos europeus parece existir uma forte convergência nos motivos para o regresso: os fatores familiares e a saudade surgem como o principal e, por vezes, único fator. Também o desejo de realizar a vida adulta no país de origem e motivos económicos, como o custo de vida no país de destino, são relevantes (Apsite-Berina, Manea e Berzins, 2019; Krisjane *et al.*, 2018; Pumares *et al.*, 2017; Sandu, Toth e Tudor, 2017; Zaiceva e Zimmermann, 2012). Estudos sobre o regresso em vários países da Europa ocidental destacam que, neste contexto geográfico, ter atingido os objetivos da emigração (Sandu, Toth e Tudor, 2017) teria mais impacto do que os fatores familiares. Já para o caso concreto do

regresso dos jovens espanhóis a residir em Itália, fatores sociais, como o desaparecimento das relações criadas aquando da emigração, sobretudo através dos programas Erasmus, são apontados como um forte incentivo para o regresso (Pumares *et al.*, 2017).

É nos motivos que levaram à emigração que parece existir uma maior divergência, sobretudo quando se comparam estudos sobre a Europa ocidental, do leste e do sul. Krisjane *et al.* (2018) constataram que os principais motivos para a emigração dos jovens adultos letões são salários mais elevados, desemprego no país de origem, melhoria da língua e aptidões profissionais, bem-estar e qualidade de vida. Já para um conjunto de países ocidentais, o mesmo estudo verificava que tinham maior relevância as motivações relacionadas com a educação, vontade de ter uma experiência migratória e transferência de empresas onde trabalhavam. O estudo de Apsite-Berina, Manea e Berzins (2019), sobre jovens adultos romenos e letões, chegava às mesmas conclusões: razões económicas são determinantes comuns para a emigração em ambos os países.

Já o estudo de Sandu, Toth e Tudor (2017) distingue grupos de países consoante o principal motivo para emigrar: nos jovens romenos, eslovacos e letões encontram motivos de carácter laboral; nos alemães e suecos destacam motivações relacionadas com o estilo de vida, e para espanhóis e italianos seriam os estudos superiores que mais influenciariam a emigração.

Estudando a intermobilidade dos jovens adultos espanhóis e italianos, Pumares *et al.* (2017) encontram outros motivos que levam à emigração, dos quais se destacam o desejo de ter uma experiência internacional, de viver noutra ambiente e completar a sua formação no estrangeiro (também identificada por Sandu, Toth e Tudor, 2017). Pumares e González-Martin (2016: 277) encontram semelhanças nos motivos dos jovens espanhóis que emigraram para o Reino Unido: “Aprender inglês (trabalhando ou estudando) ou a procura de uma carreira profissional com um percurso mais longo são duas motivações clássicas destas migrações. [...] Também não podemos esquecer uma componente de aventura e de crescimento pessoal através da experiência internacional, à qual os jovens mais instruídos estariam mais abertos”.

A comparação entre o caso português e os que são objeto de estudo na literatura acima referida é, porém, muito difícil, já que, em Portugal, a investigação sobre o regresso é escassa. Segundo Candeias, Góis, Marques e Peixoto (2014), entre 1980 e 2013 apenas 8% da literatura sobre emigração portuguesa abordou este tema, sendo que, destes 8%, a maioria é dos anos 1980. Acresce que, apesar de o grupo etário dos jovens adultos em idade ativa (20 a 34 anos) ser aquele em que, desde 2009, há mais retornos, segundo o Instituto Nacional de Estatística português (INE), não se encontra bibliografia sobre o regresso nestas idades.

A escassa literatura disponível focou-se no regresso da Europa, usando dados estatísticos sobre a população regressada (Poinard, 1983a e 1983b; Silva, 1984; Amaro, 1985) e seus impactos regionais (Cepeda, 1991; Santos, 1991; Martins, 1986). Exceção apenas o trabalho de Monteiro (1994), que desmistifica ideias-feitas comparando as expectativas de retorno com o retorno efetivo.

Na literatura do século XXI, encontramos análises do volume e perfis dos regressos ocorridos na década de 2000 (Oliveira *et al.*, 2016) e trabalhos mais

específicos, como o do regresso dos cientistas (Delicado, 2010) e da segunda geração (Neto, 2010 e 2016; Sardinha, 2011), ou o regresso na reforma (Azevedo, 2022). Outros focaram-se no regresso potencial (Correia, 2015; Peixoto *et al.*, 2016; Pereira, Pinto e Pires, 2015), enquanto Góis, Marques e Pinho (2017) estudaram o potencial empreendedor do regresso.

Em síntese, da análise da literatura relevante, conclui-se ser necessário estudar o regresso não apenas como uma fase do processo migratório, como uma migração com uma história própria, ainda que entrelaçada com a migração original. Nesse estudo, importa adotar uma perspetiva multidimensional, conjugando diferentes explicações oriundas de diferentes tradições teóricas, relacionando-as com diferentes contextos migratórios. Essa conjugação é visível em muitos dos estudos empíricos consultados, e será por isso aqui tomada em conta. No caso português, o menor número de estudos, em particular numa perspetiva comparada, não permite uma simples transcrição de modelos de análise prévios, sobretudo tendo em conta a ausência de investigações sobre o regresso de ativos jovens.

Metodologia e dados

A análise empírica apresentada neste artigo é baseada em dados recolhidos através de um inquérito *online*, entre maio a outubro de 2022. A amostra é constituída por emigrantes (com naturalidade portuguesa) regressados desde 2000 e que tinham entre 20 a 34 anos à data do regresso. Resumem-se, a seguir, as razões da realização do inquérito e a caracterização da amostra assim constituída.

O método de produção de dados, o inquérito por questionário, foi escolhido porque, por norma, os indicadores estatísticos disponíveis sobre emigração de regresso são fracos e muito concentrados no processo migratório. Assim, inquéritos especializados são necessários para obter informação sobre movimentos de regresso e sobre as suas intenções (Krisjane *et al.*, 2016). A opção por um inquérito *online*, cada vez mais comum nos estudos sobre migrações, resultou do reconhecimento de que só assim se poderia, em tempo útil, proceder à recolha de uma grande quantidade de dados primários sobre uma população geograficamente dispersa (Oiarzabal e Reips, 2012; Reips e Buffardi, 2012; McCollum e Apsite-Berina, 2015).

O inquérito teve por objetivo ajudar a explicar a sobrerrepresentação dos jovens adultos (20 a 34 anos) no total de regressos a Portugal, encontrando-se, por isso, dividido em três secções, com 48 perguntas, de acordo com as diversas fases do processo migratório: (i) a fase inicial da emigração, (ii) a emigração e a integração no destino e (iii) a efetivação do regresso. Este estudo envolveu 941 emigrantes regressados a Portugal, contactados através de redes sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn), de redes profissionais (universidades, ordens profissionais e empresas) e de imprensa *online*. A exploração dos dados obtidos recorreu a métodos simples de estatística descritiva.

Tendo em consideração as características do método de amostragem — amostragem não probabilística por inquérito *online* — existem dois problemas que são comuns nos estudos das migrações (Ignacio, 2013) e outros em que se aplicam os inquéritos

Quadro 1 Características sociodemográficas dos inquiridos (em %)

	Total (n=941)
Grupo etário na emigração	(n=941)
20-24	37,5
25-29	46,1
30-34	16,3
Grupo etário no regresso	
20-24	11,1
25-29	30,6
30-34	58,2
Género	(n=941)
Feminino	57,1
Masculino	42,9
Qualificações	(n=941)
Superiores	87,5
Até ao secundário	12,5

s *online* (Ball, 2019). Primeiro, os dados recolhidos não permitem inferências ou generalizações dos resultados. Segundo, o enviesamento da recolha: nem todas as subpopulações estão representadas proporcionalmente. O enviesamento está relacionado, em primeiro lugar, com a desigualdade de acesso à internet (Räsänen, 2006) e, em segundo lugar, com problemas causados por disparidades nos modos de utilização e na frequência daquele acesso (Van Dijk, 2005). Diferentes subpopulações acedem a diferentes *websites* e serviços e com frequências muito diferentes. Tendo em conta estes problemas, a amostra final revela enviesamentos relativamente ao perfil sociodemográfico dos emigrantes, nomeadamente, no plano das qualificações: trata-se de uma população altamente qualificada, em que as habilitações superiores totalizam 87,5% da amostra e, apenas, 12,5% têm qualificações até ao secundário.

Em termos gerais, a amostra de respondentes é composta por 57,1% de mulheres e 42,9% de homens (n = 941), existindo, no entanto, diferenças entre as respondentes com educação até ao ensino ao secundário, cuja amostra é constituída por cerca de 45% de mulheres (n = 53) e 55% de homens (n = 65), e os que têm qualificações superiores, em que as mulheres representam 58,8% dos inquiridos (n = 484) e os homens 41,2% (n = 339). Os respondentes encontram-se, na sua maioria, a viver em casal: 32,2% são casados, enquanto 28,2% se encontram a viver em união de facto e apenas 35,9% se encontram solteiros.

Refira-se, ainda, que apenas 18,4% dos respondentes mudou de estado civil enquanto se encontrava emigrado e somente 17,9% tiveram filhos durante o seu período fora do país. Entre os que se encontravam casados ou a viver em união de facto, a maioria fazia-o com alguém de nacionalidade portuguesa (63,3%), enquanto 15,2% tinham como parceiro alguém cuja nacionalidade não era portuguesa nem a nacionalidade do país de emigração. Apenas 6,9% viviam com alguém cuja nacionalidade era a do país onde estiveram emigrados.

A maioria dos inquiridos emigraram entre 2012 e 2017, saindo diretamente de Portugal para o país de onde depois regressaram (72,3%, n = 681), e grande parte regressou entre 2019 e 2022. Os principais países de emigração foram o Reino Unido (n = 290), Espanha (n = 102), França (n = 76), Alemanha (n = 72) e EUA (n = 63).

Em conclusão, o inquérito realizado permitiu produzir informação útil impossível de obter por outros métodos mas com uma limitação importante: mesmo tratando-se de um método extensivo, não permite imputações para o conjunto da população portuguesa emigrada em idade ativa jovem. O enviesamento em favor dos mais qualificados retira-lhe representatividade amostral, mas as relações internas entre variáveis permitem construir propostas de explicação sobre o fenómeno em estudo, de outro modo inacessíveis.

Análise dos dados inquérito

A explicação do retorno adquire significado não apenas com as razões do regresso, mas também com a relação que há entre estas e a história da emigração que culmina nesse retorno. Identificam-se, para isso, as razões e as características da emigração, da experiência emigratória no destino e, por fim, os fatores e processo do regresso.

Antes da emigração

Antes da emigração propriamente dita, procurou-se saber, sobretudo, que fatores contribuíram para a saída de Portugal, quais as expectativas de permanência do emigrante no destino e os motivos que o levaram à escolha daquele destino. Questionados sobre a importância de diversos fatores que contribuíram para a saída de Portugal, observa-se que estes diferem, dependendo das qualificações dos respondentes. Em todas as questões a seguir analisadas, as respostas foram dadas numa escala tipo Likert, em que as médias tinham o seguinte significado: 1 = nada importante; 2 = pouco importante; 3 = indiferente; 4 = importante; 5 = muito importante.

Ter uma experiência de viver no estrangeiro é o fator com maior peso nas decisões dos respondentes (média 4,11), seguindo-se fatores de ordem laboral, como falta de oportunidades de progressão na carreira em Portugal (3,86), salário baixo em Portugal (3,70) e falta de emprego em Portugal compatível com as expectativas e a formação (3,68) (figura 1).

Em relação ao tempo de permanência planeado, 18,0% afirmaram que pretendiam ficar fora do país menos de um ano, 29,6% entre um a três anos, 29,3% entre três a cinco anos, 10,3% de cinco a dez anos e 12,7% permanentemente. Denotam-se diferenças consoantes as qualificações. Por um lado, os qualificados apontam para projetos migratórios mais curtos, até cinco anos, enquanto os não qualificados tinham expectativas de residir no estrangeiro por períodos mais longos (cinco a dez anos) ou mesmo permanentemente.

Contudo, verifica-se que o tempo médio de emigração é de quatro anos e que, em 51,1% dos casos, o tempo que o respondente esperava estar emigrado antes de sair do país não corresponde ao tempo que de facto emigrou. Daqueles cujos

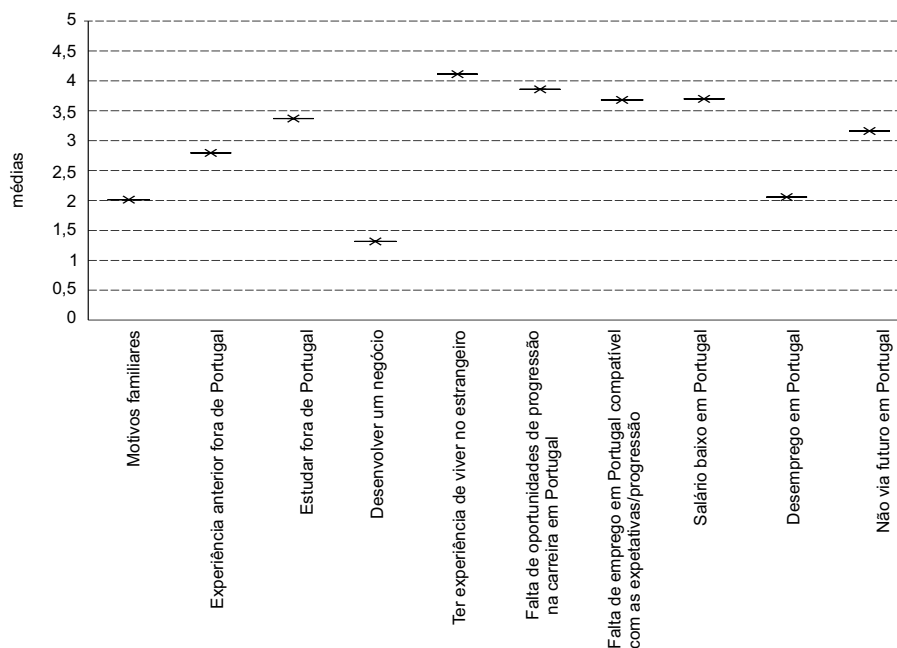


Figura 1 Fatores que contribuíram para a saída de Portugal

planos não corresponderam à realidade, 56,3% acabaram por ficar mais tempo do que o inicialmente previsto.

Nos motivos que levaram à escolha do país de destino, destacam-se a oferta ou oportunidades de trabalho (61,1%), o conhecimento da língua (41,8%) e a progressão profissional (40,8%), seguindo-se, ainda com relevo, a oferta educativa (35,1%) e perspectivas económicas positivas (32,4%). Mais uma vez, os aspetos laborais têm um forte impacto nas escolhas, o que está em concordância com os motivos apontados para emigrar.

Concluiu-se, assim, que as causas que levaram à saída de Portugal se relacionam com fatores de ordem laboral e com a vontade de ter uma experiência de vida no estrangeiro, confirmando os motivos que também se encontraram nos estudos de Krisjane *et al.* (2018), Apsite-Berina, Manea e Berzins (2019) e Sandu, Toth e Tudor (2017). Já no que concerne ao tempo expectável de permanência no destino, este variava sobretudo entre um a cinco anos, embora na maioria dos casos as expectativas não se tenham cumprido. Quanto aos motivos da escolha do país de destino, destacam-se a oferta ou oportunidades de trabalho, o conhecimento da língua e a progressão profissional, confirmando uma emigração por motivos laborais (presente nos trabalhos mencionados anteriormente).

A emigração

Quanto à emigração, procurou-se conhecer o grau de satisfação com a experiência, o tipo de relações que os emigrantes tiveram no destino, se/e que tipo de dificuldades sentiram durante a sua emigração e o número de visitas que fizeram a Portugal durante a sua estadia no exterior.

Interrogados sobre a sua satisfação com diversos fatores durante a emigração, tendo em conta a expectativa antes de emigrar, observa-se que estas pouco diferem, dependendo das qualificações dos respondentes.

Fatores como a situação política (média 1,89), a situação familiar (1,92) e os serviços sociais encontram-se entre os aspetos que se situavam abaixo das expectativas dos emigrados.¹ Já os aspetos laborais, como a situação profissional (2,35) e o rendimento (2,28), encontravam-se entre os que geravam maior satisfação, o que suporta a evidência de a emigração dos jovens adultos portugueses ser uma migração com razões ligadas ao mercado laboral.

Em relação à origem dos principais amigos e colegas de trabalho, observa-se uma clara divisão. Entre os colegas de trabalho encontravam-se portugueses residentes há muitos anos no país de emigração e os nacionais dos países de destino, enquanto os amigos eram portugueses residentes há pouco tempo no país e nacionais de outros países. Estes resultados podem ajudar a demonstrar porque é que a maioria dos portugueses se encontra numa relação com outros portugueses e com outros imigrantes e não com os nacionais do país de destino.

Questionados sobre se enfrentaram dificuldades no país de emigração, a maioria dos respondentes afirma não ter tido problemas. No geral, as áreas em que os portugueses sentiram mais problemas foi no acesso à habitação (29,3%), discriminação/racismo por parte da população autóctone (21,4%), problemas burocráticos e dificuldade em encontrar emprego fixo (ambos 17,5%).

Em relação ao seu grau de satisfação, em relação a diversos fatores, no país de emigração antes de regressarem a Portugal, observa-se que a língua em que estudava ou trabalhava (média 4,28), a vida cultural (4,13), a situação profissional (3,84) e a vida social (3,82) são os fatores com os quais os portugueses se encontravam mais satisfeitos na sua emigração. No espetro oposto, destacam-se com maior grau de insatisfação o sistema de benefícios fiscais (3,18), a situação política (3,20) e a situação familiar (3,22) (figura 2).

Relativamente ao número de visitas que faziam a Portugal num ano, a maioria afirmou visitar o país duas a três vezes por ano (47,5%), 19,3% vinham quatro a seis vezes, 16,8% apenas uma vez, 11,6% mais de seis e 4,8% nenhuma vez. Entre os que não visitaram Portugal durante a sua emigração encontram-se muitos casos em que o tempo que estiveram fora do país foi inferior a um ano, o que poderá explicar esta ocorrência. Sobre os motivos dessas visitas a Portugal, são, novamente, as questões familiares a terem maior peso nas visitas ao país de origem, com os

1 As respostas foram dadas numa escala tipo Likert e aqui analisadas com médias (1 = abaixo das expectativas, 2 = correspondeu, 3 = superou).

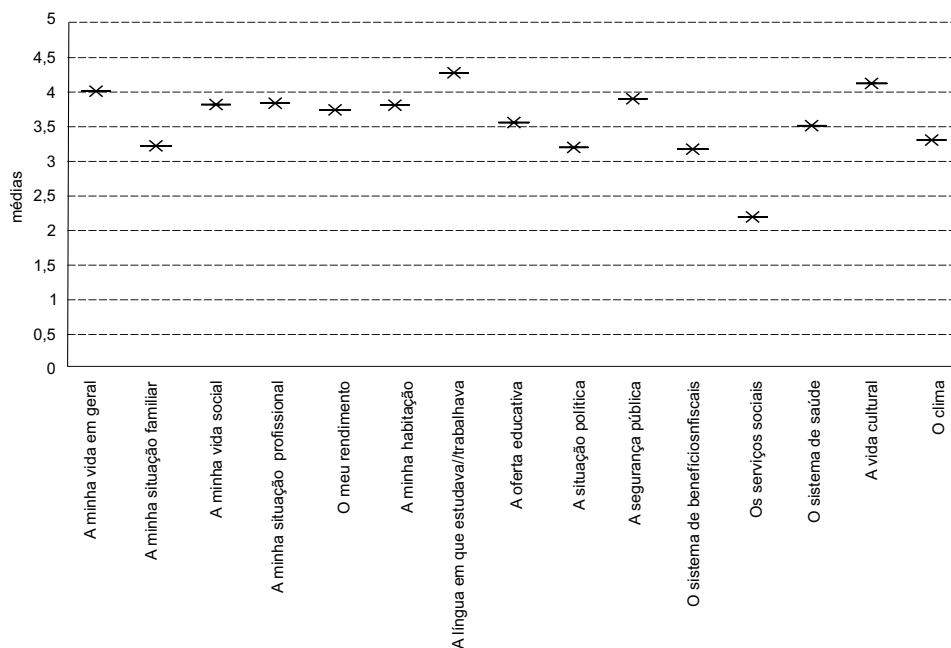


Figura 2 Satisfação antes de regressar a Portugal

motivos familiares (média 4,77) e a participação em eventos familiares e/ou de amigos (4,23) a serem os fatores mais apontados, seguindo-se as férias (4,21). Tratar de assuntos relacionados com investimentos (2,18), preparar o regresso (2,38) e motivos profissionais (2,40) são os que têm menos importância nessas visitas.

Conclui-se que entre os motivos de maior insatisfação se encontra a situação familiar e a situação política no destino, enquanto que entre os fatores de maior satisfação se destacam a situação profissional e o rendimento — presente no estudo de Krisjane *et al.* (2018) —, assim como a vida cultural e a língua de trabalho; de destacar que estas questões aparecem também mencionadas como fatores relevantes no trabalho de Pumares e González-Martin (2016) e no de Sandu, Toth e Tudor (2017) em referência aos jovens adultos alemães e suecos. Em relação ao tipo de relações estabelecidas no destino, denota-se uma clara divisão: entre os colegas de trabalho encontravam-se portugueses residentes há muitos anos no país de emigração e os nacionais dos países de destino, enquanto amizades privilegiavam os portugueses residentes há pouco tempo no país e nacionais de outros países. Já sobre as dificuldades sentidas durante a emigração, a maioria afirma não ter tido problemas. Quanto às visitas feitas a Portugal, uma grande parte afirmou visitar o país duas a três vezes por ano, sendo os motivos familiares a principal causa dessas visitas.

O regresso

Sobre o regresso a Portugal, procurou-se conhecer os diversos fatores contribuíram para isso, bem como a preparação que o retorno exigiu, a procura de informação e os apoios obtidos no regresso, assim como as dificuldades sentidas durante o processo. Procurou-se ainda conhecer a situação perante o trabalho e a avaliação dos rendimentos em cinco momentos diferentes do ciclo migratório: situação em Portugal antes de emigrar, primeira experiência no país de destino, última no país de destino, primeira experiência em Portugal após o regresso e atual condição de trabalho. Por fim, inquiriu-se, ainda, sobre a satisfação com o regresso e sobre uma eventual nova emigração.

As questões familiares, seja o desejo de estar mais perto da família (média 4,39) ou a necessidade de apoiar familiares (3,70), são as que mais relevância têm na decisão de regressar. Estes fatores de regresso poderão relacionar-se com a baixa taxa de satisfação que os regressados afirmaram ter enquanto viviam no estrangeiro em relação à sua situação familiar. O terceiro fator mais mencionado como relevante no regresso ao país de origem é o final do contrato de trabalho/estudos no (último) país onde residia, o que terá uma forte relação com o motivo de emigração ter uma forte componente laboral e que aponta para que entre os mais qualificados a definição temporal dos contratos ter maior expressão. Destaca-se ainda, com um grau de importância relevante, o facto de terem alcançado os seus objetivos ao saírem de Portugal, o que poderá indicar projetos de migração com objetivos específicos (por exemplo, económicos) ou mais limitados no tempo. É ainda de destacar quererem que os filhos fossem educados em Portugal (figura 3).

Questionados sobre a importância que um conjunto de aspetos teve na sua preparação para o regresso, a procura de emprego e de habitação foram os motivos com mais relevância na preparação dos portugueses para o seu regresso ao país.

Quando inquiridos sobre a sua experiência no país de emigração tendo em conta os objetivos iniciais antes de sair de Portugal, constatam-se diferenças entre os inquiridos conforme o nível de educação. Dos inquiridos com nível de qualificação até ao secundário, 18,2% afirmam não ter atingido os seus objetivos e 55,3% que só atingiram alguns; já entre os inquiridos com qualificação superior, 25,1% afirmam ter atingido todos os objetivos e 36,0% declaram ter superado os seus objetivos iniciais.

A escolha do meio utilizado para a procura de informação relativa aos preparativos da mudança ou sobre o regresso² destaca-se que, no geral, os regressados procuraram pouca informação antes de proceder ao regresso. Ainda assim, os emigrantes mais qualificados socorreram-se, sobretudo, de pesquisas na internet e de amigos e familiares (28,7% e 22,4%, respetivamente). Já entre os menos qualificados, a procura de informação apoiou-se mais na consulta de organismos governamentais portugueses — como consulado, embaixada, gabinetes de apoio ao emigrante, IEF, entre outros — e em grupos de portugueses nas redes sociais (30,0% e 18,6%, respetivamente).

2 Foram dadas numa escala tipo Likert mas são, neste caso, aqui analisadas em percentagens.

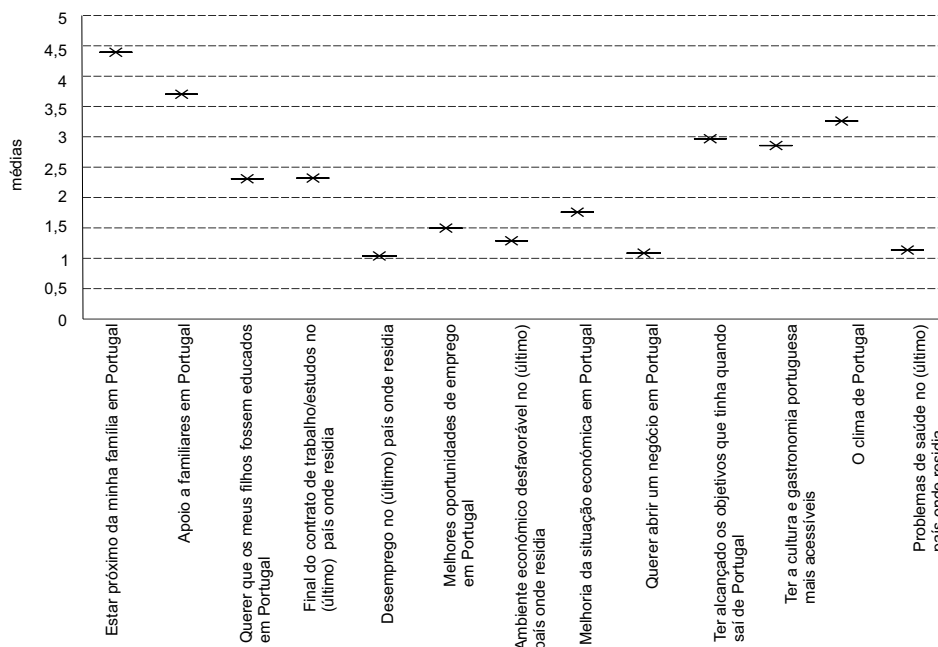


Figura 3 Fatores de regresso a Portugal

A esmagadora maioria dos inquiridos afirma não ter tido qualquer apoio no processo de regresso (74,3% do total). Esta ausência poderá estar relacionada com as elevadas taxas de regressados que não procuraram informação relativa aos procedimentos da mudança ou de regresso (como mencionado anteriormente). Salienta-se ainda que, de entre os regressados mais qualificados, 7,0% referem ter tido apoio com o processo de mudança através de programas do estado português (por exemplo, do Programa Regressar) e 4,7% tiveram apoio na procura de habitação.

Também em relação às maiores dificuldades experienciadas pelos emigrantes no seu regresso, a obtenção de apoios sociais (1,19), de benefícios fiscais (1,22) e encontrar casa em Portugal (1,87) são apontados como os maiores obstáculos. No espetro oposto, os domínios mais fáceis de resolver foram a (re)integração nos serviços de saúde (2,84) e a valorização da experiência de trabalho no estrangeiro (3,15).

Na análise da situação perante o trabalho consideraram-se cinco momentos diferentes do ciclo migratório — situação em Portugal antes de emigrar, a primeira experiência no país de destino, a última no país de destino, a primeira experiência em Portugal após o regresso e a atual condição de trabalho.

Relativamente à situação perante o trabalho em Portugal antes de emigrar, 37,8% eram estudantes, 18,6% encontravam-se desempregados, 22,7% tinham um contrato a prazo, 15,9% um contrato permanente e 4,6% eram trabalhadores por conta própria. Denota-se, antes da emigração, uma situação laboral precária.

No primeiro trabalho no país de emigração, verifica-se que os estudantes continuam a representar uma parte importante da população emigrada (31,7%), demonstrando que muitos emigram para continuar estudos ou em processos de mobilidade temporária (como o programa Erasmus). Contudo, o desemprego diminuiu substancialmente de 18,6% para 4,5%, enquanto os contratos a prazo e permanentes aumentaram (de 22,7% para 39,7% e de 15,9% para 21,9%, respetivamente). Também os trabalhadores por conta própria diminuíram, passando de 4,6% para 2,1%.

Quanto ao último trabalho no país de destino constata-se um decréscimo dos estudantes (de 31,7% para 19,1%), o que poderá indicar que após os estudos entraram no mercado de trabalho do país onde estavam emigrados. Destaca-se também o aumento dos contratos permanentes (de 21,9% para 34,2%), um pequeno decréscimo dos contratos a prazo (de 39,7% para 37,2%), o aparecimento de empresário com empregados (1,0% da amostra), a estabilização do número dos desempregados (5,2%) e o pequeno crescimento dos trabalhadores por conta própria (2,1% para 3,4%).

Já no primeiro trabalho em Portugal após o regresso, observa-se um decréscimo bastante acentuado dos empregados com contrato permanente, passando para metade (de 34,2% para 17,0%). Por outro lado, ainda entre estes regressados, denota-se um crescimento exponencial dos desempregados, que quintuplicam, para 24,8%. Sublinha-se ainda uma tendência de estabilização nos contratos a prazo (de 37,2% para 36,4%), acompanhada de um aumento de trabalhadores por conta própria/freelancer (de 3,4% para 8,6%) e uma continuação da diminuição do número de estudantes (de 19,1% para 11,9%). Estes dados parecem apontar para processos de mobilidade social descendente aquando do regresso, ou para períodos de afastamento da atividade laboral por parte dos regressados, poderá ainda associar-se a falta de preparação no regresso, que poderá significar a vinda para Portugal sem emprego. É ainda de salientar que uma grande maioria regressa entre 2019 a 2022, anos de pandemia, o que pode também explicar em certa medida os valores apresentados.

Considerando a atual situação laboral dos regressados, confirma-se uma melhoria relativamente à situação do primeiro trabalho após o regresso. Os contratos permanentes aumentaram para 41,8%, os contratos a prazo diminuíram para 33,4% e o desemprego recuou para 7,5%, assim como também os estudantes registaram uma descida para 7,6%. Os trabalhadores por conta própria e os empresários registaram uma estabilização (8,3% e 1,4%, respetivamente). Esta realidade aponta para uma melhoria da situação laboral em relação ao momento antes da emigração de Portugal para o país de emigração.

No que concerne à forma como avaliavam o seu rendimento nos cinco momentos em análise (Portugal antes de emigrar, a primeira experiência no país de destino, última no país de destino, primeira em Portugal após o regresso e a atual) observa-se uma maior satisfação com os rendimentos durante o período da emigração.

Em Portugal, antes de emigrarem, 40,0% dos inquiridos classificava como difícil ou muito difícil viver com os rendimentos auferidos no país. Já 22,2% achava que os rendimentos que auferiam eram razoáveis e apenas 11,8% considerava fácil ou muito fácil viver com os seus rendimentos.

Quanto aos rendimentos recebidos no primeiro emprego fora de Portugal, apenas 14,3% dos inquiridos consideraram difícil ou muito difícil viver com o

seu salário; já 34,1% consideraram razoável e 43,1% avaliaram como fácil e muito fácil.

Antes do regresso a Portugal as perceções eram ainda mais positivas. Apenas 7,9% consideravam difícil ou muito difícil viver com o seu salário, 25,4% razoável e 58,3% avaliavam como fácil ou muito fácil.

Já em relação aos rendimentos no regresso a Portugal, denota-se uma avaliação mais negativa da situação: 27,8% consideram ser difícil ou muito difícil viver com os rendimentos, 34,1% acham razoável e 25,9% consideram ser fácil ou muito fácil.

Atualmente as perceções são um pouco mais positivas do que no momento do regresso: 21,8% dos inquiridos continuam a classificar como difícil ou muito difícil viver com os rendimentos que auferem, 35,6% consideram razoável e 36,8% preferem ser fácil ou muito fácil.

Enquanto emigrados, 46,2% dos inquiridos declararam enviar remessas para Portugal (64,8% dos não qualificados e 45,2% dos qualificados). O destino dessas remessas tem as mais variadas aplicações, sendo, no entanto, a mais comum em ambos os grupos as poupanças (72,7% dos inquiridos). Seguem-se ainda, por ordem de importância em ambos os grupos, o pagamento de despesas da família em Portugal (26,2%), a construção ou aquisição de habitação (17,7%), a manutenção de casa própria (16,2%) e o pagamento de créditos (11,3%).

Após o regresso, a maioria dos emigrantes afirmou ter realizado investimentos em Portugal (53,3%). Destes, indicaram que se destinaram, sobretudo, à construção e/ou aquisição de habitação (67,9%) — o que é, segundo os estudos conhecidos, um investimento comum quando os emigrantes regressam ao país, independentemente da sua origem. A aquisição de aplicações financeiras (34,1%) e a constituição de empresas unipessoais (11,0%) surgem como formas alternativas de investimento, e as restantes formas de investimento apresentam valores menos expressivos.

A comparação entre os investimentos feitos após o regresso e o destino das remessas enviadas quando ainda se encontravam emigrados, denota uma alteração relevante. Enquanto as remessas se destinavam, sobretudo, à realização de poupanças, ao pagamento de despesas familiares, à construção ou aquisição de habitação, à manutenção da casa e ao pagamento de créditos, nos investimentos realizados após o regresso estão mais representadas as orientações empreendedoras, ainda que a níveis moderados (à exceção dos investimentos relativos à habitação própria, que assumem valores expressivos durante e após a emigração).

Em relação à satisfação com diversos fatores agora que regressaram a Portugal as questões familiares e sociais são as que melhoraram mais aquando do regresso: os três primeiros aspetos referidos são o desejo de estar mais perto da família (média 3,80), a habitação (3,61) ou a vida social (3,26). Esta satisfação poderá relacionar-se com a baixa taxa de satisfação que os regressados afirmaram ter com a sua vida no estrangeiro em relação à sua situação familiar e no peso que estas questões têm na decisão de regressar. O quarto aspeto mais mencionado é a situação profissional, o que poderá indicar uma melhoria da situação laboral face ao período em Portugal antes da emigração. Destaca-se ainda como fator de satisfação voltarem a ter o português como língua de trabalho ou de estudo. Já entre os aspetos de menor

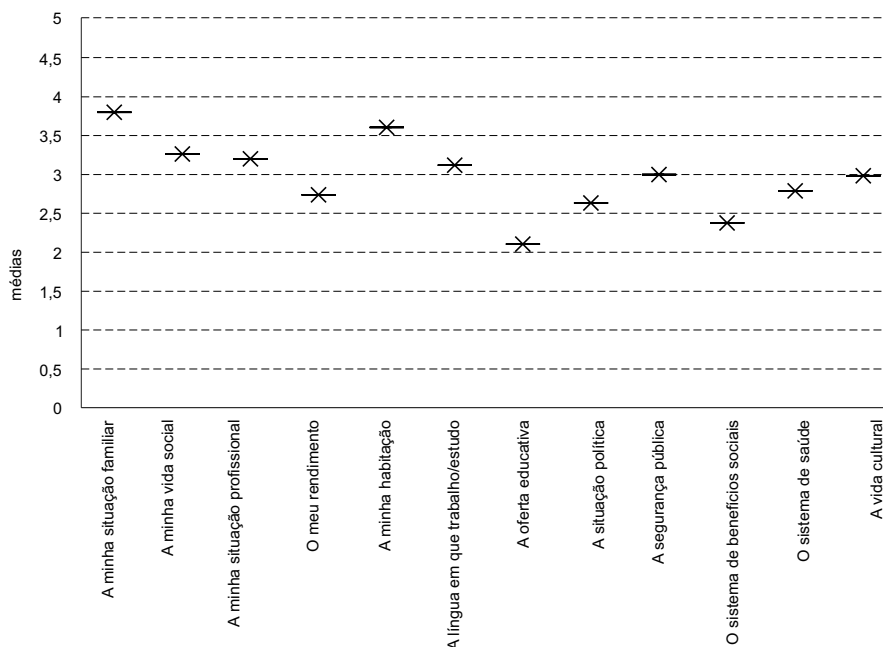


Figura 4 Grau de satisfação com o regresso

satisfação encontram-se a oferta educativa (2,11), o sistema de benefícios sociais (2,38) e a situação política (2,64).

Quando questionados sobre a possibilidade de voltarem a emigrar, os respondentes com um nível de educação superior ponderam mais esta hipótese do que os regressados com nível qualificação não superior (45,1% e 25,8%, respetivamente). No entanto, dos que consideram voltar a emigrar, aos respondentes com menor grau de qualificação parece mais claro que voltariam ao país onde já tinham emigrado (13,9%), enquanto os com maior grau de qualificação mostram mais sinais de indecisão, não sabendo ainda para que país emigrariam (22,2%). É de salientar ainda que os inquiridos regressados menos qualificados colocam muito menos a possibilidade de uma nova emigração (58,3% *vs.* 22,5% dos mais qualificados).

Em relação aos fatores que podem influenciar a decisão de uma nova emigração denota-se forte preocupação com a inserção no mercado de trabalho (salário baixo, falta de emprego compatível com expectativas ou formação, baixa progressão na carreira, desemprego), motivos semelhantes aos que levaram à emigração anterior. Já em relação às potenciais novas emigrações destacam-se ainda os motivos familiares que parecem também pesar na decisão.

Perante as respostas obtidas, conclui-se que as questões familiares são as que mais relevância têm na decisão de regressar, o que é coerente com os estudos de regresso que têm sido realizados com jovens adultos europeus (Apsite-Berina, Manea e Berzins, 2019; Krisjane *et al.*, 2018; Pumares *et al.*, 2017; Sandu, Toth e Tudor,

2017; Zaiceva e Zimmermann, 2012). A procura de emprego e de habitação foram os motivos com mais pertinência na preparação dos portugueses para o seu regresso ao país. Destaque-se que, no geral, os regressados jovens adultos procuraram pouca informação antes de empreender o regresso e a esmagadora maioria dos inquiridos afirma não ter tido qualquer apoio no processo de regresso, o que também se verificou para o regresso da população geral portuguesa (Vidigal e Marques, 2023). Também em relação às maiores dificuldades experienciadas no regresso, os emigrantes apontam como principais obstáculos a obtenção de apoios sociais e de benefícios fiscais, bem como encontrar casa em Portugal. Quanto à situação laboral nos cinco momentos em estudo, denota-se uma melhoria da situação laboral com a emigração, um processo de mobilidade descendente aquando do regresso, mas uma melhoria da situação quando comparada com aquela em que se encontravam antes da primeira saída de Portugal, contudo, parece importante destacar, a ambiguidade que a integração laboral ou económica parece ter nos processos de regresso (de Haas, Fokkema e Fihri, 2015). O mesmo se verifica em relação ao rendimento, sendo apenas de salvaguardar que os menos qualificados apresentam sempre perceções mais negativas em relação aos seus rendimentos do que os qualificados. Enquanto emigrados, a maioria dos inquiridos declara não ter enviado remessas para Portugal. No entanto, já após o regresso, a maioria dos emigrantes afirmou ter realizado investimentos em Portugal. Quando questionados sobre a possibilidade de voltarem a emigrar, os respondentes com um nível de educação superior ponderam mais esta hipótese do que os regressados com nível qualificação inferior.

Conclusões

Existe, frequentemente, a perceção de que o regresso constitui o momento final da biografia migratória dos indivíduos e que, apesar de se tratar de uma realidade desejada por parte significativa dos emigrantes, nem sempre se concretiza (para o caso português, ver Marques e Góis, 2023). Com este inquérito procurámos ir um pouco mais longe. Os dados analisados neste artigo permitem relacionar o regresso com os fatores que levaram à emigração e a sua satisfação durante a migração, bem como com os fatores que influenciaram a decisão de regresso e o processo de integração no país de origem dos jovens adultos portugueses. Nas conclusões que se apresentam a seguir, realça-se, em particular, a diferente relevância que têm fatores laborais e familiares na emigração original e na emigração de regresso.

Em termos mais gerais, observa-se uma relação entre a emigração (e o regresso) com transições na vida dos jovens, como a observada já em King, Lulle e Williams (2016). Grande parte dos jovens adultos portugueses inquiridos tinham acabado de estudar e procuravam o primeiro emprego, ou então encontravam-se no desemprego ou em situações precárias e emigraram para encontrar melhores condições laborais. Por outras palavras, a relação entre aspirações de melhoria laboral, por um lado, e emigração, por outro, foi facilitada por situações críticas no

ciclo de vida dos jovens, momentos em que é menor a rotinização da vida quotidiana e, portanto, é maior a disponibilidade para a mobilidade.

A componente laboral da emigração predomina entre os motivos de saída de Portugal dos jovens inquiridos, acompanhando o que já tinha sido observado para a emigração em geral (observado em Peixoto *et al.*, 2016), o que não surpreende, uma vez que os jovens constituem a maioria da população que emigra. Este predomínio aproxima o caso português dos países do leste europeu, onde as questões laborais também são as razões mais referidas pelos emigrantes jovens, como se verifica nos trabalhos, já mencionados, de Apsite-Berina, Manea e Berzins (2019), Krisjane *et al.* (2018), Sandu, Toth e Tudor (2017) e Zaiceva e Zimmermann (2012). Já em Pires *et al.* (2022) esta aproximação de Portugal ao leste europeu era referida no contexto dos países europeus de repulsão, onde existe uma alta emigração, mas baixa imigração.

Por fim, a questão laboral é também referida como um dos aspetos que mais relevância tiveram na preparação para o regresso a Portugal e nos eventuais motivos para uma nova emigração. Porém, as razões do regresso valorizam sobretudo a componente familiar. Uma vez mais, estas razões para o regresso são convergentes com as observadas no caso dos jovens adultos dos países de leste (Apsite-Berina, Manea e Berzins, 2019; Krisjane *et al.*, 2018; Sandu, Toth e Tudor, 2017; Zaiceva e Zimmermann, 2012), bem como em países do sul europeu, como Espanha e Itália (Pumares *et al.*, 2017; Pumares e González-Martin, 2016).

Porém, razões de ordem laboral podem reemergir como fatores de nova emigração. A maioria dos inquiridos manifestam-se satisfeitos com o seu regresso a Portugal em praticamente todos os domínios, ainda que se observem diferenças entre os regressados com maior e menor qualificação. A única área em que é evidente um maior grau de insatisfação é a referente ao rendimento auferido após o regresso, a que certamente não será alheio o facto de 25% dos inquiridos se encontrarem desempregados e 36% terem contratos a prazo. Os baixos salários em Portugal poderão explicar o facto de 43% dos inquiridos colocarem a hipótese de voltar a emigrar, constituindo neste caso o desejo de reemigrar um sinal de insatisfação ou de insuficiente ajustamento do emigrante regressado ao seu contexto de origem (Gmelch, 1980). Considerando que esta insatisfação se revela particularmente a nível económico, é possível concluir que as dimensões da reintegração a nível social, cultural e político, definidas por Cassarino (2008), não são percecionadas como problemáticas pelos inquiridos.

Podemos assim concluir que a emigração, e eventual reemigração, dos jovens adultos portugueses se explica principalmente por motivos laborais, enquanto o regresso é justificado, na maioria dos casos, por razões familiares.

Referências bibliográficas

- Amaro, Rogério Roque (1985), “Ei-los que voltam: problemas e desafios do regresso dos emigrantes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 15/16/17, pp. 351-373.
- Apsite-Berina, Elina, Madalina-Elena Manea, Maris Berzins (2019), “The ambiguity of return migration: prolonged crisis and uncertainty in the life strategies of

- young Romanian and Latvian returnees”, *International Migration*, 58 (1), pp. 61-75.
- Azevedo, Liliana (2022), “Migração de regresso na reforma: tensões e negociações no casal”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 44, pp. 38-52.
- Baláz, Vladimír, Allan M. Williams, e Daniel Kollár (2004), “Temporary versus permanent youth brain drain: economic implications”, *International Migration*, 42 (4), pp. 3-34.
- Ball, Helen L. (2019), “Conducting online surveys”, *Journal of Human Lactation*, 35 (3), pp. 413-417. DOI: 10.1177/0890334419848734
- Bovenkerk, Frank (1974), *The Sociology of Return Migration*, Haia, NL, Martinus Nijhoff.
- Candeias, Pedro, Pedro Góis, José Carlos Marques, e João Peixoto (2014), “Emigração portuguesa: bibliografia comentada (1980-2013)”, *SOCIUS Working Papers*, 01/2014, Lisboa, ISEG.
- Cassarino, Jean-Pierre (2004), “Theorising return migration: the conceptual approach to return migrants revisited”, *International Journal on Multicultural Studies*, 6 (2), pp. 162-188.
- Cassarino, Jean-Pierre (org.). (2008), *Return Migrants to the Maghreb Countries. Reintegration and Development Challenges*, Florença, RSCAS, European University Institute.
- Cassarino, Jean-Pierre (2016), “Return migration and development: the significance of migration cycles”, em Anna Triandafyllidou (org.), *The Routledge Handbook of Immigration and Refugee Studies*, Nova Iorque, Routledge, pp. 216-222.
- Cepeda, Francisco Terroso (1991), *Emigrantes Regressados e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, Bragança, Instituto Politécnico de Bragança.
- Cerese, Francesco P. (1974), “Expectations and reality: a case study of return migration from the United States to Southern Italy”, *The International Migration Review*, 8 (2), pp. 245-262.
- Correia, Gabriela Martins (2015), “Motivações para um eventual regresso de emigrantes a Portugal”, *Revista Migrações*, 12, pp. 39-67.
- de Haas, Hein, e Tineke Fokkema (2011), “The effects of integration and transnational ties on international return migration intentions”, *Demographic Research*, 25, pp. 755-782.
- de Haas, Hein, Tineke Fokkema, e Mohamed Fassi Fihri (2015), “Return migration as failure or success? The determinants of return migration intentions among Moroccan migrants in Europe”, *Journal of International Migration and Integration*, 16 (2), pp. 415-429.
- Delicado, Ana (2010), “O retorno dos ‘cérebros’: regresso e reintegração dos investigadores portugueses em mobilidade”, *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 5 (15), pp. 185-218.
- Dustmann, Christian, e Yoram Weiss (2007), “Return migration: theory and empirical evidence from the UK”, *British Journal of Industrial Relations*, 45 (2), pp. 236-256.
- Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Oxford University Press.
- Gmelch, George (1980), “Return migration”, *Annual Review of Anthropology*, 9, pp. 135-159.

- Góis, Pedro, José Carlos Marques, e Filipa Pinho (2017), *Regresso de Uma Geração Preparada. Diagnóstico de Situação Atual e Modelo Prospetivo de Desenvolvimento*, Porto, Fundação AEP.
- Haartsen, Tialda, e Frans Thissen (2014), "The success-failure dichotomy revisited: young adults' motives to return to their rural home region", *Children's Geographies*, 12 (1), pp. 87-101.
- Ignacio, Emily Noelle (2013), "The challenges of online diaspora research", em Steven J. Gold e Stephanie J. Nawyn (orgs.), *The Routledge International Handbook of Migration Studies*, Nova Iorque, Routledge, pp. 543-552.
- King, Russel (2000), "Generalizations from the history of return migration", em B. Ghosh (org.), *Return Migration. Journey of Hope or Despair*, Genebra, United Nations, IOM, pp. 7-55.
- King, Russell, e Anastasia Christou (2011), "Of counter-diaspora and reverse transnationalism: return mobilities to and from the Ancestral homeland", *Mobilities*, 6 (4), pp. 451-466.
- King, Russel, Aija Lulle, e Allan Williams (2016), "International youth mobility and life transitions in Europe: questions, definitions, typologies and theoretical approaches", *Working Paper No. 86*, University of Sussex, Sussex Centre for Migration Research.
- Krisjane, Zaiga, Elina Apsite-Berina, Guido Sechi, e Maris Berzins (2018), "Juxtaposed intra-EU youth mobility: motivations among returnees to Latvia", *Belgeo*, 3, pp. 1-16.
- Krisjane *et al.*, 2016, "Circularity within the EU: the return intentions of Latvian migrants", em R. Nadler, Z. Kovács, B. Glorius e T. Lang (orgs.), *Return Migration and Regional Development in Europe. New Geographies of Europe*. Londres, Palgrave Macmillan, DOI: https://doi.org/10.1057/978-1-137-57509-8_10
- Marques, José Carlos, e Pedro Góis (2023), *O Regresso dos Emigrantes no Portugal Contemporâneo*, Coimbra, Almedina.
- Martins, José Nunes (1986), "Emigrantes, retornados, regressados e mudança numa comunidade da Beira-Interior", *Povos e Culturas*, 1, pp. 149-166.
- Massey, Douglas S., Joaquin Arango, Graeme Hugo, Ali Kouaouci, e Adela Pellegrino (1998), *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*, Oxford, Clarendon Press.
- McCollum David, e Elina Apsite-Berina (2015), "Recruitment through migrant social networks from Latvia to the United Kingdom: motivations, processes and developments", *Migration Letters*, 12 (1), pp. 50-66.
- Monteiro, Paulo Filipe (1994), *Emigração. O Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta Editora.
- Neto, Félix (2010), "Re-acculturation attitudes among adolescents from returned Portuguese immigrant families", *International Journal of Intercultural Relations*, 34, pp. 221-232.
- Neto, Félix (2016), "Predictors of loneliness among Portuguese youths from returned migrant families", *Social Indicators Research*, 126 (1), pp. 425-441.
- Oiarzabal, Pedro J., e Ulf-Dietrich Reips (2012), "Migration and diaspora in the age of information and communication technologies", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38 (9), pp. 1333-1338.

- Oliveira, Isabel Tiago de, Pedro Candeias, João Peixoto, Joana Azevedo, e Jorge Macaísta Malheiros (2016), "Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, pp. 11-35.
- Peixoto, João, Isabel Tiago de Oliveira, Joana Azevedo, José Carlos Marques, Pedro Góis, Jorge Malheiros, e Paulo Miguel Madeira (orgs.) (2016), *Regresso ao Futuro. A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva.
- Pereira, Cláudia, Nuno Pinto, e Rui Pena Pires (2015), "Portuguese nurses in the UK 2014 / Enfermeiros portugueses no Reino Unido 2014", *OEm Fact Sheets*, 3, Observatório da Emigração. CIES-IUL, Iscte-IUL, DOI: 10.15847/CIESOEMFS032015-pt-en
- Pires, Rui Pena, Inês Vidigal, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, e Carlota Moura Veiga (2022), *Emigração Portuguesa 2022. Relatório Estatístico*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, Iscte-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMRE092022
- Poinard, Michel (1983a), "Emigrantes portugueses: o regresso", *Análise Social*, XIX (75), pp. 29-56.
- Poinard, Michel (1983b), "Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa", *Análise Social*, XIX (76), pp. 261-296.
- Portes, Alejandro, Luis E. Guarnizo, e Patricia Landolt (1999), "The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field", *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2), pp. 217-237.
- Pumares, Pablo, e Beatriz González-Martin (2016), "Movilidad, migración y retorno de jóvenes españoles en el Reino Unido", em Josefina Domínguez Mujica e Ramón Díaz Hernández (orgs.), *Población y Territorio en la Encrucijada de las Ciencias Sociales*, Las Palmas, Universidad de Las Palmas, pp. 275-289.
- Pumares Pablo, Beatriz González-Martín, Armando Montanari, e Barbara Staniscia (2017), "Reciprocal youth mobilities between Italy and Spain: a question of elective affinities", *Population, Space and Place*, 24 (e2113), DOI: <https://doi.org/10.1002/psp.2113>
- Räsänen, Pekka (2006), "Consumption disparities in information society: comparing the traditional and digital divides in Finland", *International Journal of Sociology and Social Policy*, 26 (1/2), pp. 48-62.
- Ravenstein, Ernst George (1855), "The laws of migration", *Journal of the Statistical Society of London*, 48 (2), pp. 167-235
- Reips, Ulf-Dietrich, e Laura E. Buffardi (2012), "Studying migrants with the help of the internet: methods from psychology", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38 (9), pp. 1405-1424.
- Rérat, Patrick (2014), "Highly qualified rural youth: why do young graduates return to their home region?", *Children's Geographies*, 12 (1), pp. 70-86.
- Sandu, Dumitru, Georgina Toth, e Elena Tudor (2017), "The nexus of motivation-experience in the migration process of young Romanians", *Population, Space and Place*, 24 (e2114), DOI: <https://doi.org/10.1002/psp.2114>
- Santos, Norberto Pinto dos (1991), "Emigração e retorno: dinamismos locais da integração — consequências do regresso de emigrantes nos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu", *Cadernos de Geografia*, 10, pp. 307-429.
- Sardinha, João (2011), "'Returning' second generation Portuguese-Canadians and Portuguese-French return motivations and sense of belonging", *Journal of Mediterranean Studies*, 20 (2), pp. 231-254.

- Silva, Manuela (1984), "O impacto regional do retorno de emigrantes", *Estudos de Economia*, IV (2), pp. 213-224.
- Snel, Erik, Marije Faber, e Godfried Engbersen (2015), "To stay or return? Explaining return intentions of Central and Eastern European labour migrants", *Central and Eastern European Migration Review*, 4 (2), pp. 5-24.
- Stark, Oded, e David E. Bloom (1985), "The new economics of labor migration", *The American Economic Review*, 75 (2), pp. 173-178.
- Van Dijk, Jan (2005), *The Deepening Divide. Inequality in the Information Society*, Londres, Sage.
- Vidigal, Inês, e José Carlos Marques (2023), "Emigrantes regressados em Portugal: processos de reintegração", em José Carlos Marques e Pedro Góis (orgs.), *O regresso dos Emigrantes no Portugal Contemporâneo*, Coimbra, Almedina, pp. 225-246.
- Zaiceva, Anzelika, e Klaus F. Zimmermann (2012), "Returning home at times of trouble? Return migration of EU enlargement migrants during the crisis", *IZA Discussion Papers*, 7111, Institute for the Study of Labor (IZA), Bona, disponível em: <http://ftp.iza.org/dp7111.pdf> (última consulta em janeiro de 2025).

Inês Vidigal. Assistente de investigação no Observatório da Emigração, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

E-mail: ines.vidigal@iscte-iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7742-3461>

Contribuições para o artigo: análise formal, investigação, visualização, redação do original.

Receção: 15/06/2024 Aprovação: 16/09/2024

